

Relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar em Estados do Brasil

Relationship between financial education, income, and family indebtedness in Brazilian states

Larissa Kraeski Gehlen¹ , Tatiana Marceda Bach² , Vanessa Seefeld³ , Silvana Anita Walter⁴ 

¹Discente do Curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e-mail: larissagehlen@gmail.com

²Doutora em Administração e Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), email: tatibach@gmail.com

³Mestre em Ciências Contábeis e Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), email: vanessa_seefeld@hotmail.com

⁴Doutora em Administração e Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), email: silvanaanita.walter@gmail.com

RESUMO:

A falta de Educação Financeira e problemas de endividamento familiar têm afetado a economia brasileira, além de causar problemas como a ansiedade, depressão e ausência de bem-estar mental e físico nos indivíduos. O objetivo deste artigo é, analisar a relação entre a educação financeira, renda e o endividamento familiar em capitais brasileiras. Utilizando o modelo econométrico de Regressão com Dados em Painel, foi estimada a relação de longo prazo entre variáveis ao longo de nove anos, combinando dados de diferentes unidades federativas. Coletaram-se as variáveis renda per capita, densidade demográfica, PIB per capita, índice Gini, porcentagem de pessoas com ensino superior, percentual de inadimplência por Estado e iniciativas de educação financeira. Os principais resultados revelaram que aumentos no número de pessoas com ensino superior geram mais iniciativas de educação financeira. A relação significativa entre taxa de inadimplência e renda per capita nos estados indicou que nas regiões Norte e Nordeste a taxa é maior que a renda per capita, enquanto nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul a renda per capita supera a taxa de inadimplência. As descobertas deste artigo ressaltam a importância da implementação de mais iniciativas governamentais e acadêmicas a fim de promover a educação financeira no país e mitigar disparidades regionais. Isso é essencial para interromper o ciclo de endividamento e estabelecer padrões financeiros saudáveis para as futuras gerações, o que permitirá desenvolver uma relação positiva e responsável com o dinheiro.

Palavras-chave: Endividamento das Famílias; Educação Financeira; Planejamento Financeiro.

ABSTRACT:

The lack of financial education and family debt problems have affected the Brazilian economy, in addition to causing problems such as anxiety, depression and lack of mental and physical well-being in individuals. The objective of this article is to analyze the relationship between financial education, income and family debt in Brazilian capitals. Using the econometric model of Regression with Panel Data, the long-term relationship between variables was estimated over nine years, combining data from different federative units. The variables per capita income, population density, GDP per capita, Gini index, percentage of people with higher education, percentage of default by state and financial education initiatives were collected. The main results revealed that increases in the number of people with higher education generate more financial education initiatives. The significant relationship between the default rate and per capita income in the states indicated that in the North and Northeast regions the rate is higher than the per capita income, while in the Central-West, Southeast and South regions the per capita income exceeds the default rate. The findings of this paper highlight the importance of implementing more government and academic initiatives to promote financial literacy in the country and mitigate regional disparities. This is essential to break the cycle of debt and establish healthy financial patterns for future generations, which will allow them to develop a positive and responsible relationship with money.

Keywords: Family Indebtedness; Financial Education; Financial Planning.

1 Introdução

No atual ambiente de mercado altamente competitivo, as empresas estão enfrentando a necessidade imperativa de otimizar seus recursos. Nesse contexto, a disponibilização facilitada de crédito aos clientes como uma vantagem competitiva tem, inadvertidamente, impulsionado o surgimento de maus pagadores, ou seja, os inadimplentes (Daros; Pinto, 2017).

Paralelamente, o incremento dos estímulos ao consumo e às compras tem resultado no aumento do endividamento das famílias, à medida que a velocidade das descobertas e a adoção de novas tecnologias crescem, as pessoas frequentemente se veem despreparadas para usufruir destes bens e comodidades. Do ponto de vista financeiro, a falta de habilidades para lidar com dinheiro e um padrão de consumo disfuncional acarretam consequências prejudiciais para as famílias e, em um âmbito mais amplo, para o Estado (Gonçalves, 2022).

De acordo com dados obtidos pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC, 2022), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2022), o endividamento das famílias em 2022 atingiu a marca de 77,9% das famílias brasileiras. Uma análise conduzida pelo Serasa (2023), revelou que aproximadamente 71,44 milhões de pessoas estão em situação de inadimplência. Esses números apontam para um cenário preocupante de endividamento e inadimplência no país.

A crescente facilidade de acesso ao crédito desde 2010 tem emergido como um fator primordial para o endividamento familiar, criando uma armadilha para muitas famílias. Especialmente quando a ausência de educação financeira impede uma compreensão clara das responsabilidades associadas ao endividamento e inibe um planejamento mais eficaz (Gonçalves, 2022). Além dos impactos econômicos, o endividamento carrega consigo ramificações substanciais para as famílias, desencadeando problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão, e um declínio geral no bem-estar físico e espiritual dos indivíduos na sociedade (Souza, 2019).

Ao invés de atuar como um fator limitante, a escassez de recursos se torna um catalisador, exacerbado pela proliferação da oferta de crédito, incluindo empréstimos consignados, cheque especial, cartões de crédito, empréstimos pessoais, e outros meios. Nesse ponto, o sonho do consumidor pode rapidamente transformar-se em pesadelo, onde ele se torna prisioneiro de suas próprias dívidas (Copetti, 2018).

A diversidade de produtos financeiros atual, que engloba empréstimos estudantis, hipotecas, cartões de crédito, fundos mútuos e anuidades, é consideravelmente mais ampla do que no passado. As decisões tomadas em relação a esses produtos têm implicações profundas para o bem-estar individual. Paralelamente, o avanço contínuo da tecnologia financeira está revolucionando a forma como as pessoas conduzem pagamentos, tomam decisões sobre investimentos e buscam aconselhamento financeiro. Assim, compreender até que ponto o conhecimento financeiro afeta a tomada de decisões financeiras torna-se fundamental (Lusardi, 2019).

A educação financeira transcende a mera instrução sobre as dificuldades das dinâmicas financeiras, ela capacita o desenvolvimento de competências, fomenta o pensamento crítico, fornece informações sobre serviços e produtos, aumenta a confiança na tomada de decisões e, em última análise, contribui para o bem-estar geral. Este enfoque racional na administração do dinheiro e adoção de um consumo consciente não apenas influencia a qualidade de vida, mas também influencia a resiliência financeira das famílias e da economia em um sentido mais amplo (Pereira, 2019).

Uma compreensão dos princípios financeiros não apenas capacita os indivíduos a tomar decisões informadas sobre poupança, investimento e empréstimos, mas também fortalece a resiliência financeira das famílias e, conseqüentemente, contribui para a saúde geral da economia

nos Estados e municípios da federação, o que de fato tem despertado interesse de pesquisadores e gestores públicos a investigar mais este assunto (Grohmann; Klühs; Menkhoff, 2018).

Diversas pesquisas têm examinado o âmbito do endividamento no Brasil. Pesquisas como a de Silva et al. (2019) realizaram uma análise sobre o índice de endividamento público em municípios do Estado de Minas Gerais, enquanto Souza et al. (2022) concentraram-se nos impactos em municípios do Rio de Janeiro. Além disso, existem estudos que identificaram os fatores determinantes do endividamento familiar na região Sudeste (Câmara; Silva, 2022). Estes estudos concentraram-se em avaliar o endividamento em determinados períodos sem fazer uso de análise temporal, bem como, não analisaram considerando o aspecto da educação financeira. Assim verificou-se que uma lacuna existente na literatura sobre o endividamento das famílias nas capitais brasileiras é explorar o impacto da educação financeira por meio de análises de séries temporais, para comparar os resultados entre diferentes capitais do Brasil, a fim de investigar os efeitos individuais nessas distintas regiões.

É neste sentido que o presente artigo busca analisar a relação entre a educação, renda e o nível de endividamento das famílias em diferentes capitais brasileiras. Essa pesquisa busca responder: Qual é a relação entre educação, renda e endividamento familiar das capitais brasileiras?

Foi realizada coleta de dados secundários de 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, relacionadas a educação financeira, nível de renda da população e nível de endividamento. A partir disto, esta pesquisa busca analisar de forma longitudinal com o uso de séries temporais e análise de Regressão com Dados em Painel, a relação entre a educação, nível de renda e endividamento, comparando as capitais brasileiras.

Esta pesquisa apresenta contribuições e informações que podem auxiliar gestores na tomada de decisão de políticas públicas, como forma de mitigar o endividamento familiar a partir de programas de educação financeira. Assim, pretende-se comparar se municípios nos quais existem programas de educação financeira, também há menor endividamento familiar. Este estudo se propôs a investigar a interligação entre o comportamento financeiro dos indivíduos, o nível de educação financeira que possuem e o grau de endividamento em que se encontram.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR

As crises econômicas e financeiras que marcaram as últimas décadas exerceram impacto na sociedade, culminando em um aumento significativo no desemprego e na inadimplência da população brasileira. Esses eventos desencadearam um cenário de desequilíbrio financeiro, particularmente afetando as famílias mais pobres assim como aquelas que carecem de uma base sólida de conhecimento financeiro, bem como, habilidades de gestão doméstica ao administrar as receitas, as despesas e o uso eficiente dos recursos disponíveis, sejam eles alimentos, vestuário, produtos de limpeza, entre outros (Cerqueira, 2018).

O endividamento familiar engloba a situação em que um indivíduo, família, empresa ou entidade financeira assume dívidas ou empréstimos para adquirir bens, serviços ou recursos financeiros que ultrapassam o saldo pessoal disponível, em um prazo que não pode ser cumprido (Olivato; Souza, 2007). Esse fenômeno complexo é influenciado por uma série de fatores interligados, os quais podem variar desde dificuldades econômicas até a falta de conhecimento e habilidades financeiras adequadas.

O nível crescente de endividamento nas famílias, conforme apontado pela pesquisa conduzida pelo SPC Brasil (2018), é influenciado por uma série de fatores. Dentre eles, destacam-se o desemprego, salários atrasados, parcelamentos, a facilidade de acesso ao crédito, uso desequilibrado do cartão de crédito, atraso no pagamento da fatura e a falta de um planejamento financeiro efetivo. A disponibilidade facilitada do crédito, muitas vezes sem uma avaliação aprofundada das implicações, pode resultar em escolhas inadequadas de empréstimos e gastos excessivos, levando a um aumento no endividamento (Guimarães; Almeida, 2013).

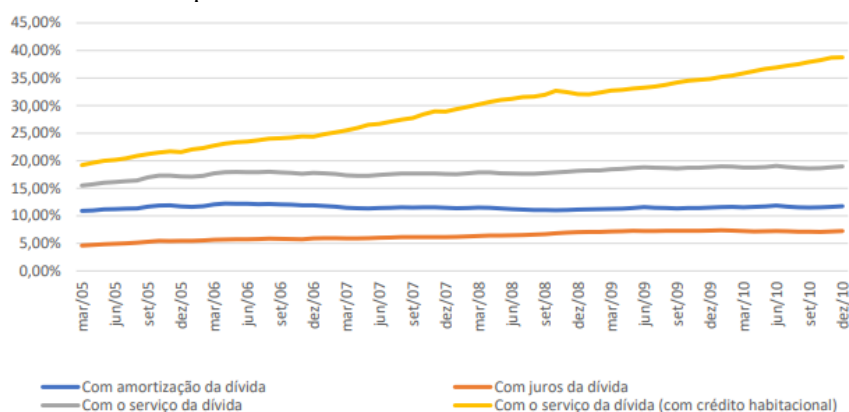
A variedade atual de produtos financeiros, abrangendo empréstimos estudantis, hipotecas, cartões de crédito, fundos mútuos e anuidades, é consideravelmente mais ampla do que no passado. As decisões relacionadas a esses produtos têm implicações significativas para o bem-estar individual. Simultaneamente, o avanço contínuo da tecnologia financeira está revolucionando a maneira como as pessoas realizam pagamentos, tomam decisões de investimento e buscam orientação financeira. Assim, compreender até que ponto o conhecimento financeiro afeta a tomada de decisões financeiras torna-se crucial (Lusardi, 2019).

A facilidade crescente de acesso ao crédito desde 2010 tem emergido como um fator primordial para o endividamento familiar, transformando-se em uma armadilha para muitas famílias. Especialmente quando a ausência de educação financeira impede uma compreensão clara das responsabilidades associadas ao endividamento e inibe um planejamento mais eficaz (Gonçalves, 2022). Além dos impactos econômicos, o endividamento traz consigo implicações substanciais para as famílias, desencadeando problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, além de um declínio geral no bem-estar físico e espiritual dos indivíduos na sociedade (Souza, 2019).

Concomitantemente, o aumento dos estímulos ao consumo tem resultado no incremento do endividamento das famílias. À medida que a velocidade das descobertas e a adoção de novas tecnologias crescem, as pessoas frequentemente se veem despreparadas para usufruir desses bens e comodidades. Financeiramente, a falta de habilidades para lidar com dinheiro e um padrão de consumo disfuncional acarretam consequências prejudiciais para as famílias e, em um âmbito mais amplo, para o Estado (Gonçalves, 2022). A educação financeira surge, assim, como um mecanismo essencial para capacitar as famílias a gerir suas finanças de maneira responsável, prevenindo e mitigando os impactos negativos do endividamento excessivo (Da Silva Niehues, 2023).

Conforme a pesquisa realizada por Cunha (2021), foi realizado um levantamento por meio de quatro gráficos sobre o comprometimento da renda das famílias em diferentes situações: com amortização da dívida, com juros da dívida, com o serviço da dívida e com o serviço da dívida (com crédito habitacional), os dados ilustram o aumento progressivo do comprometimento da renda das famílias em diferentes contextos financeiros, notadamente a partir de 2014. Por exemplo, no gráfico referente à amortização da dívida, o comprometimento da renda passa de cerca de 15% em 2005 para mais de 20% em 2018. Esses dados indicam que o endividamento das famílias tem um impacto significativo na renda disponível, o que pode influenciar negativamente o consumo e o investimento no país.

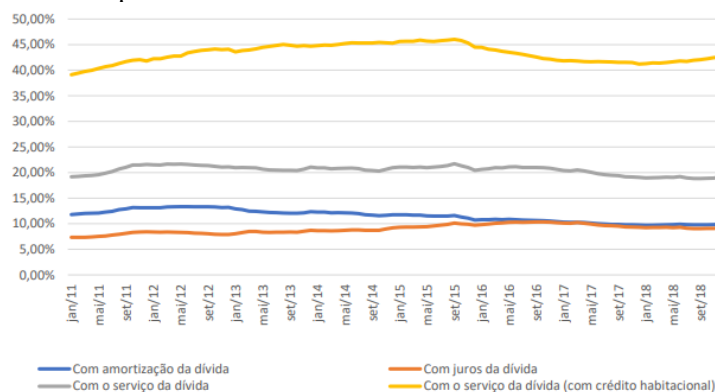
Gráfico 1 - Comprometimento da renda das famílias com as dívidas 2005 a 2010.



Fonte: Banco Central do Brasil (2010).

Ainda, conforme os dados da pesquisa realizada por Cunha (2021), destaca-se um significativo aumento no setor de crédito, enquanto outros segmentos mantiveram-se em um crescimento mais estável. Com essa tendência ascendente, reforça-se a necessidade de mais políticas econômicas voltadas para a redução do endividamento das famílias e o estímulo à estabilidade financeira, visando promover um desenvolvimento econômico sustentável. No entanto, é importante ressaltar que nos anos seguintes não se observou essa mesma tendência, pois nota-se uma variação negativa para o comprometimento do pagamento de amortizações em relação à renda, ao passo que houve uma variação positiva no pagamento de juros.

Gráfico 2 - Comprometimento da renda das famílias com as dívidas 2011 a 2018.



Fonte: Banco Central do Brasil (2010).

A Gráfico 2 demonstra a estabilidade do comprometimento da renda familiar com o serviço da dívida entre 2011 e 2018, mantendo-se em cerca de 20%. Porém, esse valor, embora constante, é alto, indicando que uma parte significativa da renda das famílias é usada para pagar dívidas. Além disso, ressalta que os pagamentos de juros mais que dobraram de 2005 a 2018, indicando que o endividamento das famílias pode estar se tornando cada dia maior. Isso evidencia que o endividamento é uma questão relevante no Brasil, podendo impactar o bem-estar econômico e o crescimento do país.

Diversos estudos, como o realizado por Rossato, Beskov e Pinto (2019), destacam o aumento do endividamento familiar no Brasil entre 2010 e 2017, por meio de uma amostra

pesquisada nas populações das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Constatou-se que a maior parcela das dívidas da região se deve ao uso de cartão de crédito, seguido de ordens de pagamento e financiamento de automóveis, devido às facilidades de oferta de crédito e prazos estendidos nos sistemas de pagamento. O aumento do endividamento está associado a mais casos de inadimplência, no entanto somente a inadimplência tem impacto significativo no sobreendividamento, enquanto não há relação relevante entre endividamento e sobreendividamento no contexto estudado. Já Fernandes e Paraíso (2020), observam que o endividamento não se restringe a um perfil específico, e é influenciada pela facilidade de crédito, que acaba por impulsionar o mercado, mas consequentemente estimula um consumo desenfreado. A pesquisa de Câmara Junior (2022) evidencia que a maioria das famílias prioriza gastos com alimentação, transporte e habitação, recorrendo frequentemente ao cartão de crédito (88,24%) e financiamentos (31,76%), afetando o planejamento financeiro. A ausência de estratégias é clara, visto que a maioria não investe em ativos (96,47%), resultando em 32,94% das famílias com dívidas vencidas, ameaçando o bem-estar financeiro de muitas delas.

Um fator crítico é a falta de conhecimento financeiro básico, o que se revela prejudicial no que diz respeito ao nível de endividamento da população. A ausência de educação financeira nas grades curriculares escolares resulta em uma lacuna de planejamento e controle do orçamento familiar. A ausência dessas competências financeiras limita a capacidade das famílias de tomar decisões financeiras e gerenciar eficazmente suas dívidas, e aumentar seus ativos, o que contribui para o problema do endividamento (Reis, 2020).

2.2 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O crescente endividamento e a complexidade das finanças familiares enfatizam a grande importância dos programas de educação financeira implementados no ensino dos estados brasileiros, servindo como ferramenta para reduzir os altos custos de financiamento e aumentar a capacidade de investimento das pessoas, e com isso melhorar a situação econômica e condição social no Brasil (Silva, *et al.*, 2022).

A educação financeira, definida como "a arte e a ciência de gerenciar o dinheiro" e inclui conceitos e práticas que permitem aos indivíduos e empresas administrarem seus recursos financeiros de maneira eficaz e estratégica (Gitman, 2004). Nesse contexto, a educação financeira não se limita a meramente entender os números, mas também envolve a aquisição de habilidades e o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos que abrangem desde o controle diário de despesas até a gestão de instrumentos financeiros mais complexos, como cartões de crédito, financiamentos e investimentos (Lucci *et al.*, 2006).

Ao proporcionar as ferramentas necessárias para uma compreensão ampla e aplicável das finanças, a educação financeira emerge como um componente essencial para fomentar a saúde econômica e promover o desenvolvimento tanto a nível individual quanto social. Com isso, os programas de educação financeira visam aprimorar a capacidade e a qualidade das decisões financeiras dos consumidores, tendo um impacto direto no desempenho econômico global da sociedade. É inegável que a precisão nas escolhas financeiras está diretamente ligada aos índices de endividamento e inadimplência da população, bem como à capacidade de investimento do país, contribuindo para uma economia mais robusta e próspera (Campos, 2015).

A forma como é praticada atualmente em que estudantes concluem o ensino médio e ingressem na faculdade sem qualquer exposição a disciplinas relacionadas à educação financeira, enfrentando as consequências dessa ausência de conhecimento ao longo da vida adulta (Villa, 2017). Nesse cenário, as instituições de ensino desempenham um papel fundamental e de grande

responsabilidade na formação de cidadãos desde cedo. Com isso, o ensino deve desenvolver metodologias eficazes para aprimorar a compreensão e a gestão dos recursos financeiros, preparando os estudantes para enfrentar um mundo cada vez mais exigente em termos financeiros. A integração efetiva da educação financeira no sistema educacional é um passo crucial para moldar cidadãos financeiramente conscientes e capazes de tomar decisões informadas e responsáveis ao longo de suas vidas (Lucena; Marinho, 2013).

Um exemplo notável de programa de educação financeira é o "Programa Educação Financeira", lançado em julho de 2021 pelo Ministério da Educação (MEC) em colaboração com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Este programa foi concebido com o propósito de fomentar uma cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. Ele se desdobra em duas esferas de enfoque: educação em escolas e para adultos. No contexto escolar, o programa dispõe de um projeto de ensino e uma série de livros segmentados por nível de ensino, viabilizando atividades educativas para alunos e professores integrarem conceitos de educação financeira à vida cotidiana. O objetivo é disseminar o conhecimento sobre finanças pessoais nas escolas e estimular o pensamento crítico e responsável em relação ao dinheiro. Paralelamente, o "Programa de Educação Financeira para Adultos" direciona-se inicialmente a grupos vulneráveis, como mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família e aposentados com renda de 1 a 2 salários-mínimos (Sela, 2017).

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil lançou em 2020 o programa "Aprender Valor". Este programa almeja introduzir a educação financeira no currículo das escolas públicas brasileiras de ensino fundamental, promovendo uma integração crítica e consciente dos estudantes no cenário financeiro atual. Ao fazê-lo, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e participativos (Banco Central, 2022).

Essas iniciativas representam um avanço importante na promoção da educação financeira em todo o país, fortalecendo as bases para uma gestão financeira responsável nas futuras gerações. Elas reconhecem a importância de preparar os alunos não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para a vida financeira saudável e sustentável. Ao capacitar os educadores e fornecer recursos educacionais adequados, estão contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios financeiros do mundo contemporâneo.

O Quadro 1, de Negri, Da Silveira e Mendes (2022), destacaram em sua pesquisa conceitos que oferecem uma visão clara e sucinta dos princípios fundamentais, evidenciando os principais elementos necessários para tomar decisões financeiras informadas e responsáveis. Ao compreender e aplicar esses conceitos, as pessoas podem fortalecer sua capacidade de gerenciar suas finanças de forma eficaz e construir um futuro financeiro mais seguro e próspero.

Quadro 1 – Conceito de Educação Financeira

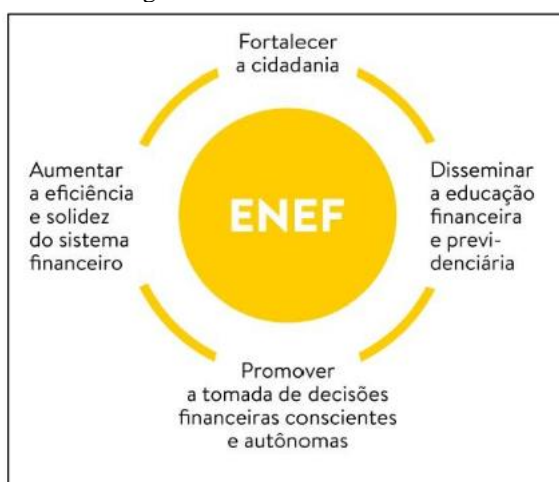
Autor/Ano	Conceito
Gitman, 2004	Educação Financeira é como a arte e a ciência de gerenciar o dinheiro.
Lucci et al.,2006	Educação Financeira se refere a atividades de controle diário de despesas, gerenciamento de cartões de créditos, financiamentos e investimentos
OCDE,2013	Educação Financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram seu entendimento em relação a conceitos e produtos financeiros, e, alicerçados em informação, instrução e/ou consultoria direta, desenvolvem habilidades e confiança que os torna conscientes das oportunidades e riscos financeiros, para fazer escolhas informadas, mais capazes de obter informação adicional para fazer escolhas, saberem onde buscar ajuda e de assumirem outras ações efetivas a fim de melhorar a sua proteção e o seu bem estar financeiro

Fonte: Negri, Da Silveira e Mendes (2022).

Estudos como o realizado por Negri, Da Silveira e Mendes (2022) buscaram fazer um levantamento de dados sobre o consumo exacerbado de algum produto ou serviço na região Noroeste Paulista. Chegou-se aos resultados de que os correspondentes, que possuem pouca experiência com Educação Financeira ou nenhuma, têm uma relação de dependência pelo dinheiro, pois ele traz felicidade, status e autoestima, muitas vezes sendo levados pela emoção no momento da compra. Desta maneira, aqueles que desenvolvem habilidades financeiras passam a gerir suas economias pensando a longo prazo e têm um melhor planejamento financeiro.

Outras pesquisas, como a de Vinco, Florencio e Viana (2018), observaram que apesar de o tema da educação financeira ser uma preocupação para diversos países, por mais que existam diversas ações privadas e públicas, infelizmente não sanam o problema. Isso ocorre porque o tema para os brasileiros é desconhecido e sua importância ignorada. Tendo isso em mente e buscando lidar com o tema em todo o território nacional, o Brasil, em 2010, criou a chamada Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, instituída pelo Decreto nº 7.397/2010, com o objetivo de promover a educação financeira que contribua para fortalecer a conscientização dos cidadãos, aumentar a eficiência e a estabilidade do sistema financeiro nacional e tomar decisões conscientes de consumo.

Figura 1 - Finalidades da ENEF



Fonte: Brasil (2010).

Além disso, a ENEF buscou desenvolver habilidades financeiras para adultos e estudantes da rede pública e privada, que ajudem na identificação dos riscos e oportunidades compreendidos

nas decisões econômicas, conhecendo as armadilhas do crédito e a elaboração de um orçamento familiar. Ao longo do estudo bibliográfico, foram apontadas ferramentas simples, como o orçamento pessoal, como fundamentais para o planejamento financeiro (Vincio; Florencio; Viana, 2018).

A pesquisa feita por Fernandes (2021) analisa o papel das ciências comportamentais nas iniciativas de educação financeira no Brasil, sob a ótica da Conferência de Educação Financeira e Comportamento do Investidor, que reuniu profissionais para explorar como as pessoas gerenciam suas finanças, com destaque para estudos sobre o cérebro e comportamento humano. Houve uma transição das discussões técnicas para aspectos emocionais e de racionalidade, evidenciando uma crescente valorização das ciências comportamentais. O governo brasileiro adotou a Educação Financeira como política para capacitar indivíduos em meio à crescente complexidade financeira e desafios demográficos.

Já estudos como os feitos por Piaia e Dos Santos Bernardi (2020), realizados por meio de uma pesquisa bibliográfica com foco na abordagem sobre Gestão Financeira Pessoal apresentada pela coleção de livros "Educação Financeira nas Escolas - Ensino Médio", disponibilizada pelo Ministério da Educação para as escolas brasileiras, realizaram uma análise crítica dessa abordagem na introdução de jovens ao tema. Evidenciou-se a necessidade de considerar não apenas aspectos técnicos, mas também questões sociais e históricas que permeiam a realidade dos estudantes brasileiros, marcada pela desigualdade social e pela má distribuição de renda.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender ao objetivo de analisar os impactos da educação financeira, renda e endividamento familiar em Estados do Brasil, no período de 2019 a 2022, realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa, descritiva quanto aos objetivos e com o uso de dados secundários.

A pesquisa, em termos de abordagem do problema, é classificada como quantitativa. Isso implica a utilização de instrumentos estatísticos para coletar e analisar os dados, focando mais na compreensão geral dos eventos do que em uma análise aprofundada dos fenômenos. A ênfase está na observação do comportamento geral dos acontecimentos (Beuren; Raupp, 2006). Além disso, conforme Beuren e Raupp (2006) apontam, a abordagem quantitativa é comumente empregada em estudos descritivos, que buscam descobrir e classificar as relações entre variáveis e a relação causal entre fenômenos.

A pesquisa é categorizada como descritiva, tendo como principal descrever as características de uma população específica ou fenômeno, bem como o estabelecer relações entre as variáveis, buscando observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem interferência direta do pesquisador. Ainda segundo Beuren e Raupp (2006), o estudo descritivo requer do pesquisador uma precisa definição de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a coleta e interpretação dos dados, visando conferir validade científica à pesquisa.

Na coleta de dados a fonte consiste em principalmente dados secundários, conforme fundamentado por Raupp e Beuren (2006), referem-se à informação já coletada e registrada por outras fontes. Esses dados podem ser provenientes de publicações, pesquisas anteriores, relatórios governamentais, registros empresariais, entre outros.

Esta pesquisa foi baseada em um censo. Coletaram-se dados de todos os Estados da Federação do Brasil para compor o universo de análise deste artigo. Assim, os estados e distritos brasileiros objeto de estudo desta pesquisa foram: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas

Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Inicialmente, procurou-se definir as variáveis do endividamento familiar com base em sua consistência teórica, para compor uma fonte de dados deste estudo e a série temporal de análise. Uma vez que as definições foram estabelecidas, foram conduzidas buscas em bases de dados brasileiras para identificar, coletar e registrar essas variáveis em uma planilha eletrônica.

As variáveis escolhidas nesta pesquisa foram: Renda per capita, Densidade Demográfica, PIB per capita, Índice Gini, porcentagem de pessoas com ensino superior, cálculo da Mediana do % de inadimplência por Estado e iniciativas de educação financeira site do governo de estado.

As fontes de coleta de dados foram: Relatório do Serasa de 2019 a 2022, Receita Federal do Brasil e Índice Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As informações das diferentes bases de dados foram organizadas em uma planilha eletrônica, por capitais, ano e variáveis coletadas. O Quadro 1 apresenta a descrição das variáveis coletadas, conforme o significado e a fonte de coleta. No modelo de estimação, as variáveis dependentes foram o PIB per capita de cada ano, enquanto as demais variáveis representativas de cada período foram utilizadas como variáveis independentes.

Quadro 2 - Descrição das variáveis características das capitais brasileiras coletadas no período de 2019 a 2022

Variável	Modelo	Sigla	Explicação	Fonte de coleta	Obra
PIB per capita	Variável dependente	PIB per capita	Corresponde ao produto interno bruto dividido pelo número de residentes em um país/estado/ cidade.	IBGE Cidades	(MELO; MORANDI, 2021)
Renda per capita	Variável independente	Renda per capita	É um indicador importante que influencia o crescimento econômico e o desenvolvimento das regiões, calcula-se dividindo o total da renda gerada na área pelo número de pessoas que vivem nela.	IBGE Cidades	(STAUB, 2023)
Densidade Demográfica	Variável independente	Densidade Demográfica (hab//km ²)	A densidade demográfica é a medida da relação entre a população e a área do território, indicando o número de pessoas por unidade de área. Em regiões superpovoadas, há mais indivíduos por área, enquanto em regiões fracamente povoadas, há menos. Altas densidades, associadas a baixa renda e educação, afetam negativamente as condições de vida.	IBGE Cidades	(ALVES E LIMA, 2021)
Índice Gini	Variável independente	Índice Gini	O Índice de Gini é uma medida de desigualdade de distribuição de renda que varia de 0 a 1, onde 0 representa perfeita igualdade (todos têm a mesma renda) e 1 representa desigualdade máxima (uma pessoa tem toda a renda e as outras não têm nada) 26. Essa medida é amplamente utilizada para analisar a disparidade na distribuição de renda em uma determinada população ou região	IBGE Cidades	(TROYÃO; JUNIOR; DE ARAÚJO, 2023)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Iniciou-se com a análise estatística descritiva das variáveis que representam as cidades brasileiras examinadas, estabelecendo parâmetros de comparação entre elas. Nessa etapa, foram analisados os valores da mediana, média, valor mínimo, valor máximo, desvio padrão, assimetria e curtose. Com a análise descritiva possibilitou avaliar a representatividade entre os Estados com

as maiores e menores proporções em termos de educação financeiras, a disposição de renda dos indivíduos e do PIB per capita ao longo do tempo e estabelecer parâmetros de comparação.

Adicionalmente, foi realizada uma análise de correlação de longo prazo, a partir de seu uso associado às séries temporais, para avaliar o relacionamento entre as variáveis, a fim de identificar se aumentos em determinada variável causam aumento ou redução dos indicadores de outra variável.

Como técnica de análise principal, para avaliar a relação entre as variáveis propostas nesta pesquisa utilizou-se da abordagem econométrica de análise de séries temporais com o uso da Análise de Dados em Painel, que avalia o efeito temporal do impacto nas variáveis. A utilização deste modelo demonstrou-se apropriada para identificar a explicação mais precisa do efeito a longo prazo em relação a cada capital, aderindo aos critérios de análise propostos por Gujarati e Porter (2011).

Foram testados quatro modelos econométricos de regressão para séries temporais por meio do software Gretl: Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), Mínimos Quadrados Ponderados, Painel com Efeitos Fixos e Painel com Efeitos Aleatórios. O modelo selecionado foi o de Regressão com Dados em Painel com Efeitos Aleatórios, cujas medidas de significância atenderam aos critérios de validade estabelecidos por Gujarati e Porter (2011).

Após a estimação do modelo econométrico escolhido e a dedução da respectiva equação de regressão, procedeu-se ao cálculo da equação de regressão para cada Estado e Distrito individualmente, ao longo da série temporal. Dessa forma, foi avaliada a relação da inadimplência com a renda familiar e as iniciativas de educação financeira.

A análise dos dados coletados e os resultados obtidos serão apresentados na próxima seção.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Inicialmente, realizou-se a análise estatística descritiva das variáveis que representam os estados brasileiros em estudo, estabelecendo parâmetros para comparação entre elas. Esta análise proporciona uma compreensão inicial da distribuição e comportamento das variáveis em foco.

Na etapa seguinte, procedeu-se com a análise inferencial, que nos permitiu estimar, em um horizonte de longo prazo, a relação entre a inadimplência e a educação financeira.

Tabela 1 - Estatística descritiva das variáveis da inadimplência e da renda familiar no período de 2019 a 2022

Variável	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	DesvPad	Assimetria	Curtose
Renda_2019	636,0	2686,0	R\$ 1056,00	1238,7	476,7	1,27	1,70
Renda_2020	676,0	2475,0	R\$ 1060,00	1210,9	409,6	1,30	1,95
Renda_2021	635,0	2513,0	R\$ 1028,00	1187,1	439,7	1,26	1,59
Renda_2022	814,0	2913,0	R\$ 1267,00	1447,1	493,9	1,12	1,29
Densidade demográfica	2,5	507,5	35,4	74,1	116,7	2,82	8,22
PIB per capita	15028	87016	27448	31350	15878	1,81	4,52
Índice gini	0,42900	0,58300	0,53100	0,52544	0,04076	-0,56	-0,42
Percentual pessoas ensino super	3,560	17,490	6,720	7,273	2,917	1,78	4,66
Inadimplência_2019	0,33740	0,52410	0,41250	0,41483	0,05190	0,28	-0,88
Inadimplência_2020	0,3245	0,5321	0,4001	0,4105	0,0527	0,43	-0,58
Inadimplência_2021	0,31160	0,51530	0,39500	0,39812	0,04893	0,46	-0,20
Inadimplência_2022	0,34060	0,51700	0,40890	0,42001	0,04831	0,47	-0,68
Iniciativas de educação finance	1,000	8,000	4,000	3,815	1,819	0,42	-0,38

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise descritiva demonstra as características das variáveis analisadas nos estados brasileiros. Em relação à primeira variável apresentada na Tabela 1, a Renda Média Domiciliar Per Capita Entre os Estados, verifica-se que existem alterações no seu indicador ao longo de 4 anos. Ao avaliar as dinâmicas socioeconômicas de cada Estado, o rendimento domiciliar per capita é uma medida mensurada pelo IBGE, calculada com base na razão entre o total dos rendimentos domiciliares nominais e o total dos moradores de cada unidade de Federação. Fatores como políticas públicas, investimentos, desenvolvimento industrial, presença de programas de educação e a presença de empreendimentos podem estar influenciando diretamente essas oscilações.

Ao observar o valor da mediana da renda dos Estados conjuntamente, de modo geral, observa-se que em 2022 essa variável representa um valor de R\$ 1267,00, o que indicando uma distribuição de renda mais homogênea entre os estados e a existência de uma gestão econômica eficiente em relação aos anos anteriores, nos quais a mediana da renda foi de R\$ 1.056,00 em 2019, R\$ 1.060,00 em 2020 e R\$ 1.028,00 em 2021.

Além disso, ao analisar outras variáveis da Tabela 1, temos a densidade demográfica, que varia consideravelmente, de 2,5 a 507,5, com uma mediana de 35,4, mostrando distribuição desigual. A média é de 74,1, influenciada por valores altos. O desvio padrão é grande (116,7), indicando alta variabilidade. A assimetria é positiva (2,82), revelando maior concentração de estados com baixa densidade e poucos com alta densidade. A curtose (8,22) indica caudas pesadas, sugerindo presença de outliers nos extremos da escala.

Outra variável é PIB per capita que reflete a produção econômica dividida pela população, indicando o padrão de vida médio. Nesta análise, observamos uma ampla variação com mínimo de R\$ 15.028,00 e máximo de R\$ 87.016,00. A mediana de R\$ 27.448,00 representa a centralidade dos dados, proporcionando uma visão representativa da situação econômica. A média de R\$ 31.350,00 pode ser afetada por valores extremos, enquanto o desvio padrão de R\$ 15.878,00 indica a dispersão dos valores em relação à média, fornecendo uma medida de variabilidade. A assimetria de 1,81 sugere uma inclinação à direita na distribuição, indicando concentração de valores abaixo da média. A curtose de 4,52 indica uma distribuição alta e estreita, com caudas mais pesadas, o que pode indicar eventos extremos e maior risco.

O Índice Gini varia de 0 a 1, representando a desigualdade de renda, onde 0 é completa igualdade e 1 é completa desigualdade. Os dados indicam uma desigualdade moderada (mínimo de 0,429 e máximo de 0,583) na distribuição de renda. A mediana foi de 0,531, apontando para uma distribuição equitativa. A média foi próxima à mediana (0,52544), indicando consistência. Há uma leve assimetria negativa (-0,56) e a distribuição é moderadamente achatada (curtose de -0,42), mostrando menos valores extremos. Esses dados ressaltam a importância de políticas para reduzir a desigualdade econômica e monitorar sua variação ao longo do tempo.

A análise do percentual de pessoas no ensino superior é fundamental para compreender o nível educacional de uma região. As estatísticas revelam uma ampla variação nesse percentual, desde um mínimo de 3,56%, até um máximo de 17,49%. A mediana, situada em 6,72%, oferece uma visão central menos influenciada por valores extremos. A média, de 7,273%, é afetada por valores discrepantes, enquanto o desvio padrão, 2,917%, indica a dispersão dos dados em relação à média. A assimetria positiva (1,78) sugere uma cauda mais longa à direita, indicando valores acima da média. A curtose (4,66) revela uma distribuição com caudas pesadas e um pico pronunciado, sugerindo concentração dos dados ao redor da média.

Realizou-se uma análise abrangente do percentual de inadimplência nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, oferecendo uma visão detalhada por meio de várias métricas descritivas. Os dados revelam uma variação significativa: o menor valor registrado para a inadimplência foi em 2021,

representando 31,16%, enquanto o maior mínimo foi observado em 2020, atingindo 32,45%. Em relação aos valores máximos, alcançou-se 52,41% em 2019, sendo o menor máximo registrado em 2022, com 51,70%.

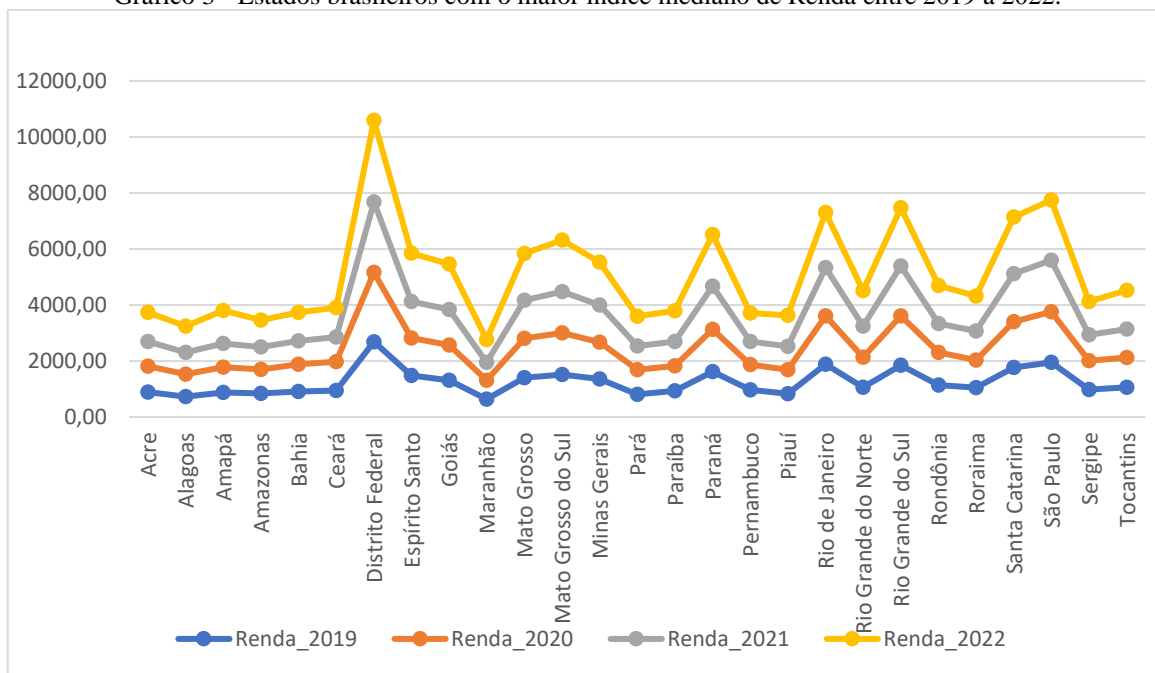
A mediana, que reflete o ponto central da distribuição, foi mais elevada em 2019 (41,25%) e mais baixa em 2021 (39,50%). Quanto à média, oscilou de aproximadamente 41,48% em 2019 a cerca de 42,00% em 2022. O desvio padrão, indicando a dispersão dos dados em relação à média, foi menor em 2021 (4,89%) e maior em 2019 (5,19%).

A assimetria, medindo a simetria da distribuição, foi mais negativa em 2019 (-0,28) e menos negativa em 2021 (-0,20), indicando uma leve cauda à esquerda nos dados. Por fim, a curtose, expressando o pico e a cauda da distribuição, foi mais alta em 2019 (-0,88) e mais baixa em 2021 (-0,20), mostrando uma distribuição mais achatada em 2021 e mais afunilada em 2019.

Outra variável analisada foram as Iniciativas de Educação Financeira de cada estado brasileiro abrangem programas para melhorar o entendimento das finanças pessoais, desde poupança até investimentos avançados. Os dados dessa variável variam de 1,000 a 8,000, com mediana em 4,000 e média de 3,815. O desvio padrão é de aproximadamente 1,819, indicando variação significativa em relação à média. A assimetria é positiva (0,42), mostrando uma inclinação à direita na distribuição dos dados, e a curtose é -0,38, indicando uma distribuição moderadamente platicúrtica, menos achatada que a normal.

De modo complementar ao exposto na Tabela 1, avaliou-se a representatividade das cidades ao longo do tempo em termos de Renda Média Domiciliar Per Capita Entre os Estados. Para estabelecer parâmetros de comparação entre elas, foi estimado o valor mediano das variáveis no período. O Gráfico 1 apresenta o valor mediano da renda de 2019 a 2022 de todas as unidades Federativas analisadas.

Gráfico 3 - Estados brasileiros com o maior índice mediano de Renda entre 2019 a 2022.

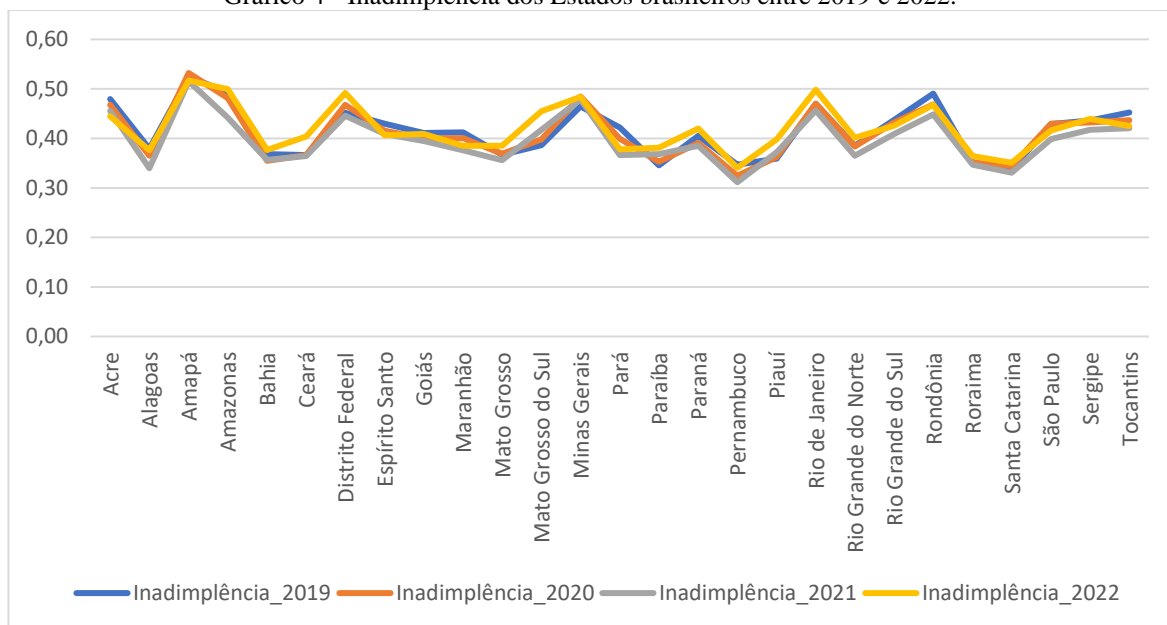


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 3 evidência no índice a Renda Média Domiciliar Per Capita Entre os Estados Brasileiros, ordenadas pelo maior indicador mediano no período de 2019 a 2022. Unidades

Federativas como o Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina apresentaram excelência nos indicadores, encontram-se localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, e para apresentarem tais indicadores, algumas estratégias destinadas a avanços econômicos foram criadas. Já os estados brasileiros Roraima, Maranhão, Sergipe, Piauí, são encontrados na região Norte e Nordeste, apresentarem baixos indicadores o que demonstra a necessidade de programas, ações e políticas públicas que promovam a economia.

Gráfico 4 - Inadimplência dos Estados brasileiros entre 2019 e 2022.



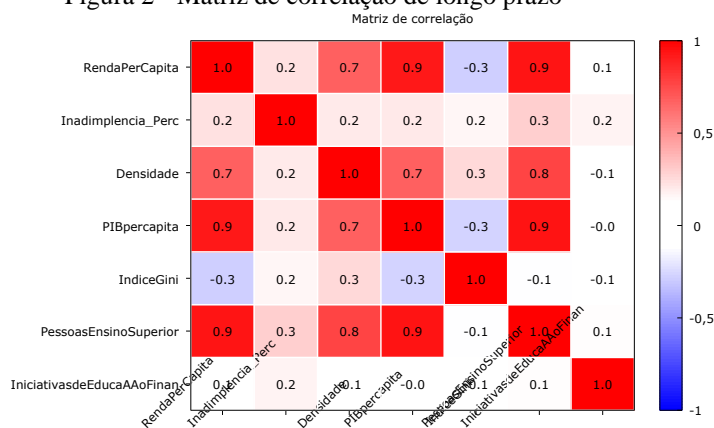
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 4 apresenta a evolução do percentual de inadimplência nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, com base na ordenação pelo maior indicador mediano. Observa-se que o ano de 2022 registrou uma queda em relação aos dois anos anteriores, que se mantiveram relativamente estáveis. Essa redução no percentual de inadimplência em 2022 é um indicativo positivo, sugerindo uma melhoria na situação financeira em comparação aos anos anteriores.

Com o intuito de analisar a relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar investigadas testaram-se quatro modelos econométricos, tendo o objetivo de encontrar a melhor explicação do efeito na relação de longo prazo sobre cada Estado, sobre os parâmetros de análise sugeridos na literatura de econometria. Os testes foram estimados no software Gretl.

Para verificar o grau de associação entre as variáveis, analisou-se à estimação do teste estatístico da correlação, que busca verificar o efeito do relacionamento entre elas.

Figura 2 - Matriz de correlação de longo prazo



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os resultados da matriz de correlação, apresentados na Figura 2, indicam correspondência significativa que varia de fraca a moderada entre as variáveis, especialmente entre os coeficientes do número de pessoas e PIB per capita (0,9), densidade demográfica e o número de pessoas com Ensino Superior (0,8), Renda per capita e pessoas com Ensino Superior. Essa relação é positiva e sugere que cada variação de uma unidade nessas variáveis também causa aumento na outra. Dessa forma, quanto maior o número de pessoas no Ensino Superior, maior também será o PIB per capita, ou seja, ele tende a aumentar a cada variável. Essa mesma situação também ocorre entre a densidade demográfica, o que de fato sugere que, quanto maior for a presença de indivíduos em áreas territoriais urbanas, maior também será o número de pessoas no Ensino Superior.

Para analisar a relação entre as variáveis de longo prazo representativas das atividades, foi estimado o Modelo de Regressão com Dados em Painel utilizando 225 observações ao longo de 9 anos, combinando dados das unidades federativas em séries temporais e de corte transversal, também denominado pooled data.

Tabela 2 - Modelo de regressão em Painel MQO com mínimos quadrados ponderados

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
Renda percapita	-0,000138596	0,000167656	-0,8267	0,4104	
Inadimplência Percentual	1,25742	0,547126	2,298	0,0236	**
PIB percapita	-0,000166638	9,12E-06	-18,28	<0,0001	***
Densidade	-0,0135602	0,000829128	-16,35	<0,0001	***
Índice Gini	-0,117345	0,54581	-0,2150	0,8302	
Pessoas Ensino Superior	1,32501	0,0590612	22,43	<0,0001	***
Estatísticas baseadas nos dados ponderados					
Soma resíd. quadrados	91,5483	E.P. da regressão		0,94738	
R-quad. não-centrado	0,87943	R-quadrado centrado		0,99352	
F(6, 102)	123,999	P-valor(F)		0	
Log da verossimilhança	-144,321	Crítério de Akaike		300,642	
Crítério de Schwarz	316,735	Crítério Hannan-Quinn		307,167	
Estatísticas baseadas nos dados originais					
Média var. dependente	3,81482	D.P. var. dependente		1,7938	
Soma resíd. quadrados	205,325	E.P. da regressão		1,4188	

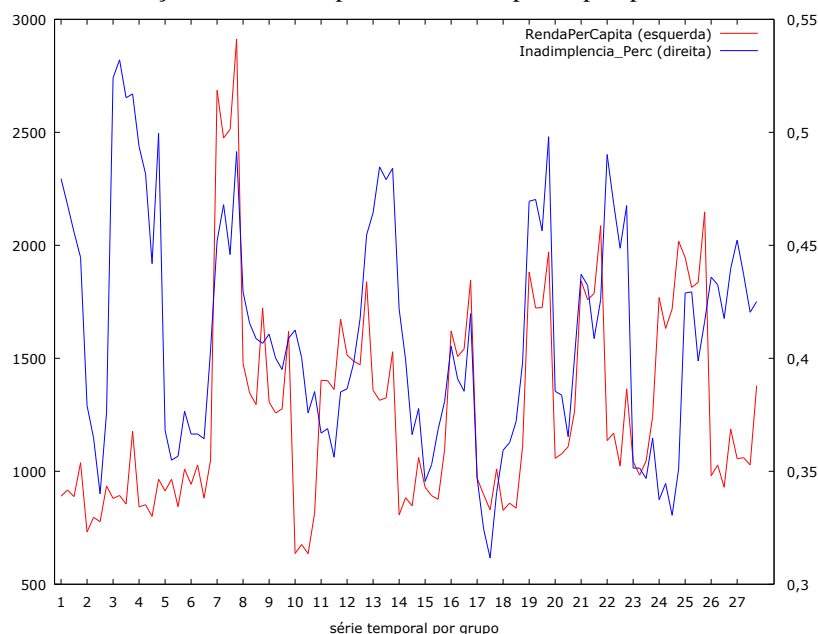
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme apresenta a Tabela 2, os dados apresentados descrevem um modelo de regressão em painel utilizando o método de mínimos quadrados ponderados (WLS - Weighted Least Squares). Este modelo é baseado em 108 observações, envolvendo 27 unidades de corte transversal. A variável dependente no modelo é "Iniciativas de Educação Financeira", e a estimação estatística foi significativa e demonstrou que, ao longo da série temporal de quatro anos.

O coeficiente de inadimplência em percentual é de 1,25742, e o p-valor é 0,0236, demonstra ser positivo e estatisticamente significativo, indicando uma relação positiva entre a inadimplência e o número de iniciativas de educação financeira. Com isso, aumentos na inadimplência estão associados a um aumento nas iniciativas de educação financeira. Outro coeficiente analisado foi o "PIB per capita", apresentando um valor negativo e altamente significativo de -0,000166638, com um p-valor inferior a 0,0001. Isso indica que, à medida que o PIB per capita aumenta, o número de iniciativas de educação financeira diminui. A variável "Densidade" também apresentou um coeficiente negativo e altamente significativo de -0,0135602, com um p-valor menor que 0,0001, indicando que à medida que a densidade populacional aumenta, o número de iniciativas de educação financeira diminui. Além disso, foi observado um coeficiente significativo para a variável "Pessoas com Ensino Superior" de 1,32501, com um p-valor inferior a 0,0001. Isso indica que um aumento no número de pessoas com ensino superior está relacionado a um aumento nas iniciativas de educação financeira.

Pode-se concluir como as análises sugerem que a inadimplência, o PIB per capita, a densidade populacional e o número de pessoas com ensino superior estão correlacionados com o número de iniciativas de educação financeira.

Gráfico 5 - Relação entre Inadimplência e Renda per Capita por Estados no Brasil.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O Gráfico 5 apresenta a relação entre inadimplência e renda per capita nos estados. Observou-se que, nos estados das regiões Norte e Nordeste, a taxa de inadimplência é maior que a renda per capita, indicando a necessidade de implementar ações educacionais financeiras para

mitigar essa disparidade. Por outro lado, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a variável mostra uma tendência positiva, onde a renda per capita supera a taxa de inadimplência. Isso sugere uma situação mais favorável nessas regiões em termos de capacidade de pagamento e saúde financeira dos indivíduos.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar a relação entre a educação financeira, renda e o endividamento familiar em capitais brasileiras. Esta relação emerge como uma ferramenta essencial para capacitar as pessoas a tomarem decisões informadas e promover a saúde econômica tanto das famílias quanto da sociedade como um todo.

Conforme proposto neste estudo, a Educação Financeira é um dos fatores principais para o endividamento e inadimplência das famílias brasileiras, tudo isso a grande à disponibilidade facilitada de crédito e padrões de consumo disfuncionais. Essas questões não apenas têm implicações econômicas, mas também afetam a saúde mental e o bem-estar geral dos indivíduos.

Esta pesquisa traz contribuições e informações que podem auxiliar gestores na tomada de decisões de políticas públicas em relação ao endividamento familiar, como forma de aliviar o endividamento da família por meio de programas de educação financeira. Como resultado, pretendemos avaliar até que ponto os municípios que possuem programas de educação financeira também apresentam menores níveis de endividamento familiar. Esta investigação pretendeu explorar a ligação entre o comportamento financeiro dos indivíduos, a sua educação financeira e os seus níveis de endividamento.

Com isso, foram coletados dados de todos os estados da Federação, visando compor uma análise abrangente. Após estabelecer as definições, realizou-se uma análise estatística descritiva das variáveis selecionadas, permitindo comparar estados e avaliar a representatividade ao longo do tempo, tais como Renda per capita, Densidade Demográfica, PIB per capita, Índice Gini, porcentagem de pessoas com ensino superior, cálculo da Mediana do % de inadimplência por Estado e iniciativas de educação financeira do governo estadual.

A análise revelou mudanças na Renda Média Domiciliar Per Capita entre os estados ao longo de quatro anos, refletindo possíveis influências de políticas públicas, investimentos e desenvolvimento industrial. Em 2022, a mediana dessa renda indicou uma distribuição mais homogênea e uma gestão econômica mais eficiente em comparação aos anos anteriores.

Além disso, a densidade demográfica apresentou uma distribuição desigual, indicando alta variabilidade. Estados como o Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina destacaram-se com indicadores mais altos, refletindo estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico, enquanto outros, como Roraima, Maranhão, Sergipe e Piauí, exigem políticas públicas para promover a economia.

Observou-se que nos estados das regiões Norte e Nordeste, a taxa de inadimplência é maior que a renda per capita, indicando a necessidade de implementar ações educacionais financeiras para mitigar essa disparidade. Por outro lado, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a renda per capita supera a taxa de inadimplência, sugerindo uma situação financeira mais favorável nessas áreas.

Essas descobertas ressaltam a importância da Educação Financeira como uma ferramenta essencial para promover a saúde econômica e o bem-estar das famílias em todo o Brasil, assim gestores podem desenvolver melhores programas de educação financeira como forma de mitigar o endividamento familiar bem como oferece informações que podem auxiliar na tomada de decisões.

Este artigo contribui significativamente para apresentar indicadores econômicos nas capitais analisadas, fornecendo uma análise detalhada e comparativa da situação financeira em diferentes regiões do Brasil. Esta pesquisa também revela evidências que destacam a importância da educação financeira como um fator crucial na relação entre renda, endividamento familiar e indicadores econômicos nas capitais brasileiras. Ao analisar longitudinalmente a influência da educação financeira e da renda na situação de endividamento das famílias, o estudo revela como o conhecimento financeiro impacta diretamente a saúde financeira dos indivíduos e das regiões.

No que se refere as limitações, é importante reconhecer que existem algumas restrições que podem impactar a generalização e aplicabilidade dos resultados, tais como a falta de informações abrangentes de outros indicadores públicos disponíveis em portais, que poderiam enriquecer a pesquisa. Outras variáveis, como aspectos culturais, históricos ou psicológicos, também podem influenciar a relação entre educação financeira, renda e endividamento familiar, sendo necessário um estudo mais amplo para compreender melhor esses aspectos.

Portanto, como sugestão para futuros estudos, aponta-se a investigação da interferência de variáveis contextuais, como a influência cultural e os padrões de comportamento, para oferecer informações significativas sobre os fatores que influenciam o comportamento financeiro e o endividamento familiar em diversas realidades socioeconômicas. Isso contribuirá para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na promoção da saúde financeira e bem-estar das famílias em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joao Guilherme; LIMA, Tiago Pessoa. COVID-19 lethality in non-elderly individuals in cities with different Human Development Index. *Tropical Doctor*, v.51, n. 1, p. 124-125, 2021.

Banco Central do Brasil. (2022). Banco Central do Brasil. <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em: 7 de set. de 2023.

CÂMARA, Lorena da Silva Costa; DA SILVA SALES, Marcus Vinicius. Análise dos Fatores Determinantes do Endividamento Familiar Na Região Sudeste do Brasil. *Confict*, v. 14, n. 1, 2022.

CAMPOS, Celso Ribeiro et al. Reflexões sobre a educação financeira e suas interfaces com a educação matemática e a educação crítica reflections on financial education and the interface with math education and critical education. *Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática*, v. 17, n. 3, p. 556-577, 2015.

COPETTI, Daiane Maria Sassi. **O endividamento das famílias brasileiras: comportamentos, desafios e possibilidades de uma gestão financeira equilibrada.** 2018.

DA SILVA NIEHUES, Andrea Luisa et al. Nível de alfabetização financeira pessoal de estudantes universitários brasileiros. *Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)*, v. 14, n. 3, p. 2814-2835, 2023.

DA SILVA SANTANA, Monique et al. Endividamento público em municípios do Estado de Minas Gerais: Uma análise de dados em painel. *Revista Universo Contábil*, v. 15, n. 2, p. 24-43, 2019.

DAROS, Mariane; PINTO, Nelson Guilherme Machado. Inadimplência no Brasil: uma análise das evidências empíricas. **Revista de Administração IMED**, v. 7, n. 1, p. 208-229, 2017.

DE SOUZA RIBEIRO, Edvander et al. Endividamento dos municípios do estado do Rio de Janeiro: Uma análise dos efeitos da lei de responsabilidade fiscal. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 16, p. e2152-e2152, 2022.

FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva; PARAISO, Sandra Chaves Silva. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. **Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação**, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020.

FERNANDES, Viviane. Da eDucação ao empurrão: a participação Das ciências comportamentais em programas De eDucação financeira. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 307-322, 2021.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Person Addison Wesley, 2004.

GONCALVES, Suelen de et al. A educação financeira frente ao consumo e endividamento das famílias brasileiras. 2022.

GROHMANN, Antonia; KLÜHS, Theres; MENKHOFF, Lukas. Does financial literacy improve financial inclusion? Cross country evidence. *World Development*, v. 111, p. 84-96, 2018.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. **Os jovens e o mercado de trabalho**: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. *Temas De Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013.

LUCCI, C. R. et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. **Seminários em Administração**, p. 9, 2006

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; MARINHO, Reinielle Alves de Lima. **Competências financeiras**: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. PB, 2013.

LUSARDI, Annamaria. Financial literacy and the need for financial education: evidence and implications. **Swiss Journal of Economics and Statistics**, v. 155, n. 1, p. 1-8, 2019.

MELO, Hildete Pereira de; MORANDI, Lucilene. Uma análise da distribuição do pib per capita entre mulheres e homens no Brasil, 1991-2015. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 25, 2021.

NEGRI, Maria Clara; DA SILVA, Suéllen Danúbia; MENDES, Ijosiel. Educação financeira e o comportamento dos consumidores da região noroeste paulista. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, Ciências e Educação, v. 8, n. 12, p. 166-185, 2022.

PIAIA, Júlio Henrique Silva; DOS SANTOS BERNARDI, Luci Teresinha Marchiori. Educação financeira na escola: falando de juventude, consumismo e projeto de vida. **TANGRAM-Revista de Educação Matemática**, v. 3, n. 4, p. 134-153, 2020.

PEREIRA, Fernando; Anderson Cavalcante; Marco Crocco. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. *Economia e Sociedade*, 2020.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 200.

REIS, A. P. S. Os Principais Fatores que Influenciam no Endividamento e Inadimplência das Famílias Brasileiras. 2020. 20f. Artigo TCC (Bacharel em Administração), Centro Universitário Fametro - UNIFAMETRO, Fortaleza, 2020.

ROSSATO, Vanessa Piovesan; BESKOW, Rhuan Pivetta; PINTO, Nelson Guilherme Machado. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

SELA, Vilma Meurer. A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil. 2017. Tese de Doutorado.

SOUZA, G. S. Endividamento: buscando as motivações comportamentais e os impactos na saúde. (Mestrado em Administração). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

STAUB, Silas de Moraes. Convergência de renda per capita entre os estados brasileiros. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Relações Internacionais, 2023.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; JUNIOR, Antonio Hermes Marques Da Silva; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar. Insuficiência Socioeconômica Multidimensional (ISM): definição conceitual, proposição metodológica e aplicação para o Brasil com dados da PNAD Contínua de 2016-2022. 2023.

VILLA; Laércio. **Educação financeira no ensino médio**: uma análise a partir da aprendizagem significativa de David Ausubel. Passo Fundo, RS. 2017. 62p. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1229>>. Acesso em 10 de out. de 2019.

VINCO, Alessandra; FLORENSCIO, Rafael; DA SILVA VIANA, Luciene. Educação financeira: sua importância no planejamento financeiro pessoal e familiar. **Cadernos Camilliani** e-ISSN: 2594-9640, v. 15, n. 3-4, p. 585-601, 2021.